

A POLÍTICA AFRICANA DE CUBA: IDEALISMO OU PRAGMATISMO?

Analúcia Danilevicz Pereira¹

Há uma complexidade na dificuldade do desenvolvimento revolucionário. O socialismo precisa de forças produtivas e consciência social e cultural. Para tal, cabe ao Estado socialista assistir e se solidarizar com o desenvolvimento, dando ao Estado “aspirante” à socialista ajuda política, cultural e militar. Mas o progresso de um Estado deve ser resultante do trabalho de seu próprio povo.
(Yuri Andropov 1983)

A conexão entre cubanos e africanos pode ser definida como uma exitosa experiência de Cooperação Sul-Sul, que garantiu vantagens políticas e militares em curto prazo, tanto para os cubanos como para os africanos, a um custo relativamente reduzido, devendo ser estudado a fundo. O pequeno Estado cubano, individualmente ou por intermédio do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA) e da URSS, pode desenvolver uma política de potência média, com alto impacto militar. Há uma diversidade de estudos sobre as relações das grandes potências e das ex-metrópoles com a África e, mais recentemente, sobre as relações da China, da Índia, do Brasil e de alguns países árabes com o continente, mas muito poucos sobre Cuba. Além disso, regimes como os de Angola, como forma de granjear maior legitimidade interna e internacional, hoje produzem uma historiografia que reduz ao mínimo a participação cubana nos processos políticos africanos.

Nesse sentido, é importante observar uma excepcionalidade das relações exteriores africanas – a cooperação com Cuba. Cuba foi o único Estado economicamente subdesenvolvido que levou a cabo, com efetividade, uma política africana comparável com a das grandes potências. Seja por conta própria ou a partir de uma aliança com a URSS, o papel cubano na África não teve precedente. Nunca outro país do Terceiro Mundo projetou seu poder muito além da sua vizinhança. Intervenção intercontinental

¹ Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: ana.danilevicz@ufrgs.br

se traduzia em atitude de superpotência, de poucos países europeus e da China (cujo papel foi menor que o de Cuba até recentemente). Importante observar também que a cooperação Cuba-África se manteve (embora tenha sofrido alguma redução) durante o período crítico dos anos 1990, ganhando novo fôlego nos anos 2000.

Os condicionantes da política africana de Cuba

O movimento revolucionário cubano, ao lutar pelo poder em um Estado “neocolonial”, se intensificou com o avanço dos movimentos de libertação nacional africanos. Cubanos e africanos mantinham contato antes do desencadeamento dos processos revolucionários (em Cuba e na África), sendo a conquista do poder em Havana simultânea às independências africanas, antecipando em apenas um ano o chamado “ano africano”. Em função da radicalização do processo revolucionário, Cuba logo ficou isolada na América Latina (chegando a reduzir suas relações apenas ao México) e, ao se definir como um Estado socialista aproximou-se da URSS. Nesse contexto ocorreu a criação no Movimento dos Países Não Alinhados, que se apoiava nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica definidos em Bandung, de perfil anti-hegemonista e baseado em um internacionalismo não socialista que apoiava os nacionalismos emergentes. Todavia, o radicalismo mal calculado da Revolução Cubana acabou por distanciá-la da URSS, sem lograr uma aproximação com a China (Kapcia 2008). Havana, assim, acabaria por enfatizar o seu perfil revolucionário terceiro-mundista em detrimento do perfil socialista.

O envolvimento cubano no Terceiro Mundo foi caracterizado pelo idealismo e pelo pragmatismo, apesar de, em muitos momentos, a *Realpolitik* ter se expressado com mais vigor do que os propósitos idealistas. De qualquer forma, a presença cubana no continente africano conjugou esses dois fatores. Embora os vínculos entre cubanos e africanos sejam anteriores aos episódios que marcaram a segunda metade da década de 1970, a política africana de Cuba se afirmou a partir da chamada Operação Carlota, em Angola. A partir de 1975, as relações de Cuba com o continente africano foram redimensionadas e se reafirmaram na Etiópia, em 1977, além de impactarem sobre os movimentos anti-*apartheid* na África do Sul (especialmente sobre o Partido Comunista Sul-Africano), para destacar alguns dos principais eixos de atuação cubana.

Até 1945, quase toda a África estava dividida em possessões europeias. Aproximadamente quinze anos depois, grande parte dos territórios já estava independente. Para os europeus, a manutenção do jugo colonial se chocou

com o desgaste sofrido nas duas Guerras Mundiais, embora novas formas de dominação (neocolonial) fossem elaboradas para garantir as vantagens dessa relação. A política europeia na África se manteve, em muitos casos pela via multilateral, apesar da presença de novos e importantes atores no continente – EUA e URSS. Os norte-americanos, em função do desgaste da *détente*, passaram a ver o continente africano como uma área instável e explosiva. Para eles, imaturidade política e ressentimentos contra Ocidente poderiam aproximar os novos países africanos da URSS ou da China. O espaço africano, a partir de então, tornou-se palco da Guerra Fria.

A fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, conferiu peso e importância ao continente e produziu impactos no cenário internacional. Os EUA tiveram que abafar protestos da população negra por direitos civis dentro do seu território e observar o continente africano com mais atenção. Porém, os EUA tinham duas vantagens – estavam melhor preparados do que a URSS e seus aliados europeus para auxiliar os novos Estados economicamente, e contavam com as ex-metrópoles coloniais, França e Reino Unido, para assumir “novas responsabilidades” na África. Entretanto, por vezes, os aliados europeus dos EUA tornavam a política norte-americana difícil de ser posta em prática, a exemplo de Portugal, que negava qualquer possibilidade de abandonar suas colônias sem lutar.

A preocupação do Ocidente com a evolução política africana ou com a capacidade de influência do outro lado da balança no continente se relacionava com o papel que a URSS ou a China pudessem desempenhar, e não com o de Cuba, cujo único laço com a África era representado pelos escravos que de lá certa vez vieram para trabalhar nas plantações do outro lado do Atlântico. Porém, o governo cubano pensava nisso. Dois anos após sua revolução, Cuba já enviava ajuda médica e militar aos rebeldes da Argélia, em 1962. Era o começo do importante papel cubano na África.

Apesar da dependência em determinadas áreas – a ajuda soviética preservava a economia cubana de um colapso e o fornecimento de armas garantia a integridade da ilha – Cuba não queria se subordinar à URSS. Na visão dos formuladores de política cubanos, a URSS buscava uma “acomodação” em relação aos EUA, o que afetava o apoio aos movimentos revolucionários no Terceiro Mundo. Na verdade, os cubanos se sentiam livres para criticar os EUA e perseguir políticas próprias. A dependência da ajuda econômica e militar de um poder estrangeiro, nesse sentido, intensificou a necessidade de permanente reafirmação da Revolução.

Em 1964, Che Guevara foi para África em uma iniciativa que mostrou mais claramente o interesse cubano na região. A ideia de que a revolução na África era iminente diante da instabilidade em Angola, em Moçambique, em Guiné-Bissau, no Congo e no Zaire, fez com que os

cubanos acreditassem na importância de estabelecer uma política africana. A viagem de Che foi monitorada pelos EUA através da CIA que, para conter os movimentos revolucionários, apoiavam e enviavam mercenários brancos para a África. Em 1965, havia 400 soldados cubanos na África Central, principalmente no Zaire e no Congo, mas também em Angola (Gleijeses 2003). Os cubanos tinham como objetivo ganhar proeminência junto ao Movimento dos Países Não Alinhados, e fazer com que os países socialistas apoiassem sua política externa.

O internacionalismo, ou melhor, o terceiro-mundismo da Revolução Cubana ganhou perfil institucionalizado com a realização em Havana, em 1966, da Conferência Tricontinental, que reuniu movimentos de libertação nacional e governos progressistas. Ela deu origem à Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina. Também ocorreu a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) para coordenar o apoio da esquerda continental a Cuba e às ações de guerrilha. Na primeira reunião de cúpula, Guevara propôs “criar dois, três, muitos vietnãs”. Logo depois ele saiu de Cuba, e se dizia haver sido morto por Fidel. Mas ele decidira se engajar na revolução de outros países, tendo estado na África e depois rumado para a Bolívia, onde foi capturado e morto em 1967. Tornou-se uma figura emblemática, mundialmente reverenciada por certo romantismo revolucionário, mas que contém os valores básicos do socialismo.

Para a academia ocidental, as relações Cuba-África são enfatizadas pela questão militar. No entanto, esse foco omite outros importantes aspectos, substancialmente os políticos e os de cooperação civil, enraizados nessa relação. Em termos comparativos, a política africana de Cuba foi continuada e coerente, sendo o compromisso cubano com a África anterior a aliança com a URSS, transcendendo-a de certa forma. Assim, torna-se importante observar as motivações da ação cubana e o estabelecimento da sua diplomacia. Se, por um lado, as potências mundiais buscaram criar zonas de influência ou até mesmo promover uma distribuição de poder, por outro, as elites políticas africanas, muitas vezes pressionadas pelos problemas e conflitos domésticos, frequentemente buscaram o apoio externo. Na verdade, trata-se da dialética entre autonomia africana e intervenção externa. Os africanos buscavam aumentar sua liberdade de ação enquanto as grandes potências tentavam intervir de acordo com suas próprias agendas. Assim, os interesses africanos em torno da autonomia e do desenvolvimento estiveram condicionados pela lógica global de rivalidade entre as principais potências.

A “grande diplomacia” cubana

Com a intensificação dos processos descolonizatórios no continente africano, a rivalidade Leste-Oeste representou a mudança mais significativa no ambiente externo para os novos Estados africanos. A Guerra Fria, assim, conduziu os EUA e a URSS à condição de principais atores nas relações internacionais africanas. Enquanto a Europa preservava sua relação essencialmente comercial, as superpotências rivais entraram no continente pela via política. Para a URSS, a descolonização dos países africanos significava a oportunidade de adquirir laços com os novos Estados, principalmente com aqueles onde emergiram fortes movimentos anti-imperialistas. Já para os EUA, as independências africanas apresentavam a oportunidade de manter as ex-colônias europeias dentro de uma órbita de influência ocidental. No entanto, a reduzida experiência e o pouco conhecimento sobre a África fizeram as superpotências tropeçarem na política africana, mas suas capacidades econômicas e militares foram importantes para estabelecer seus papéis no continente².

A identificação de Cuba como um país de Terceiro Mundo e o isolamento na América Latina ampliou, em termos de relações exteriores, a empatia pela região e a ideia de que teria um papel especial a desempenhar nesse espaço. Soviéticos e europeus do Leste, mais ricos e brancos, ou chineses, que não entendiam uma cultura distinta da sua, diferenciavam-se dos cubanos e de sua capacidade de projeção no continente negro. Sendo composto por latino-americanos com descendência africana, mais pobre e ameaçado por um poderoso inimigo, e um país socialista sensível aos problemas do Terceiro Mundo, o Estado cubano buscou ocupar seu espaço

2 Importante enfatizar que entre os anos 1960 e 1990 a política francesa manteve-se vigorosa na África. O Império africano foi uma das maiores conquistas da história francesa, especialmente a partir de 1830, quando chegaram à Argélia. No final do século XIX, a França tomou o controle de uma vasta parte do Saara, do Sahel e da costa do Atlântico, estendendo sua presença até o Congo, no sul. Nos vinte anos posteriores, a França conquistou protetorados no Marrocos, no Togo e em Camarões. Esse extensivo domínio através dos mares foi crucial para as fortunas da “França Livre”, sob a liderança do General Charles De Gaulle, durante a Segunda Guerra Mundial. Quando o presidente De Gaulle, posteriormente, presidiu a descolonização deste império, tomou muito cuidado para preservar um relacionamento estreito com a “África francesa”. De Gaulle e seus sucessores haviam criado uma atmosfera de “clube”, que oferecia prestígio às elites dos Estados francófonos. Os franceses mantiveram suas bases militares nas ex-colônias e continuaram fornecendo armas e treinamento policial e militar. No entanto, a França não era a única nem a principal fornecedora de armas para os países do “clube francófono”. A URSS assumiu a posição de principal fornecedora de armas para a região. Importante ressaltar que as elites francófonas se acostumaram com o tratamento especial do governo francês no mais alto nível. A manutenção desse relacionamento foi, na verdade, a alternativa francesa à hegemonia das superpotências. Ver Chazan et al. 1992 e Visentini 2010.

em um mundo em conflito entre desenvolvidos e não desenvolvidos e na luta anti-imperialista.

Portanto, os traços dominantes da política africana de Cuba podem ser assim definidos: a) coerência – correspondência entre o discurso político e a ação concreta; b) imutabilidade – permanência dos princípios básicos através dos anos apesar da necessidade de certos ajustes e mudanças; c) adaptabilidade – capacidade de operar em cenários e condições de mudança que afetaram a África e Cuba de forma geral³. Cuba tinha como propósito o estímulo aos processos revolucionários e a sobrevivência da Revolução Cubana. Assim, era importante tornar Cuba viável e preservar o *status* independente e de prestígio. Sendo um pequeno país bloqueado e sofrendo a imposição de uma política de guerra não declarada, acreditavam as lideranças cubanas que se a revolução no continente africano acontecesse, os EUA se veriam obrigados a negociar e aceitar os novos países revolucionários. Os dois motores – autopreservação e zelo revolucionário – foram as bases da política externa cubana.

Por outro lado, os Estados africanos rapidamente alcançaram 27% dos assentos na ONU e compuseram 1/3 dos países Não Alinhados. A África, nesse contexto, tornou-se um espaço viável para a projeção da Revolução Cubana. A revolução cultural em Cuba permitiu a oferta de ajuda aos africanos e o envolvimento nos processos revolucionários, bem como nas guerras, sem que isso abalasse a coesão interna e a ideologia revolucionária. Pelo contrário, foi um instrumento de reafirmação permanente dos propósitos da Revolução.

A maior prova do internacionalismo cubano aconteceu em Angola. Em 1975, o MPLA, ameaçado por dois grupos rivais, a FNLA e a UNITA – o primeiro com apoio da China e o último com apoio dos EUA e da África do Sul – recorreu ao apoio cubano. Dada a ligação entre suas lideranças e as cubanas, o MPLA, na figura do presidente Agostinho Neto, requisitou assistência militar cubana, no momento em que os rebeldes da UNITA avançavam em direção à capital com apoio militar sul-africano. Antes de mandar suas tropas a Angola, Fidel pediu apoio a Brejnev. Por um lado, essa era uma situação inédita para Cuba, pois o país nunca havia pedido apoio antes para realizar uma operação militar, mas, por outro lado, Havana também nunca havia realizado uma ação tão ampla e em outro continente. Pedir ajuda a URSS seria de bom senso nesse momento. No entanto, a URSS se negou a apoiar e Cuba se viu na posição de, ou intervir, ou selar o destino do MPLA. Dessa forma, e em um momento decisivo, o governo cubano enviou suas tropas sem o apoio soviético, correndo o risco de não

3 Essas ideias se baseiam em López 2002.

receber endosso. Havana lançou, então, a chamada Operação Carlota.

Em novembro de 1975, desembarcaram 4 mil cubanos na costa de Luanda. Dentro de semanas, a força cresceu para 7 mil com apoio logístico dos soviéticos, que foram convencidos a se envolver no conflito. Posteriormente, a força aumentou para 20 mil homens. Em 1976, os soviéticos realizaram inúmeros acordos econômicos com Cuba, com envio de armas mais sofisticadas para Havana. A ação cubana em Angola foi um sucesso, resultando em enorme popularidade e legitimidade à Revolução e ao governo cubano, dentro e fora do país. Os cubanos admiraram o papel que seu pequeno país desempenhou, ainda que sufocado pela rivalidade das grandes potências, ao se sacrificar para libertar uma ex-colônia e, ainda, resistir à agressão da poderosa força militar da África do Sul e dos EUA. Resistir ao cerco dos EUA em casa era uma coisa. Entretanto, resistir a este cerco em outro *front* era algo ainda maior, principalmente quando também fora enfrentado com vitórias o odiado regime racista sul-africano.

Outra grande intervenção ocorreu na Etiópia em 1977-1978. Os cubanos foram chamados para apoiar o governo revolucionário de Mengistu Haile Mariam ao lado de assessores soviéticos. Entre dezembro de 1977 e abril de 1978, as tropas cubanas passaram de 400 para 16 mil combatentes (Azicri 1988). O conflito havia sido iniciado pela Somália, que passou a contar com a assistência norte-americana. Inicialmente, os cubanos estavam relutantes em se envolver no conflito, pois a Somália era um antigo aliado e país de Terceiro Mundo. Houve enorme esforço para evitar o confronto com a ida de Fidel para dialogar com etíopes, eritreus e somalis, tentando criar uma federação socialista entre eles, mas não foi possível. As forças cubanas lutaram bem – viraram a guerra em sete semanas na Etiópia e em dezessete semanas em Angola. No entanto, o fato do conflito na Etiópia ter ocorrido entre duas nações do Terceiro Mundo e da URSS estar envolvida, fez com que o papel desempenhado em Angola tivesse maior repercussão.

Houve outros envolvimento militares na África, a exemplo do apoio à União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF) e à Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO), na Namíbia. Assim, ao final dos anos 1970, Cuba mantinha seu pessoal espalhado por vários países na América, na África e na Ásia.

Entretanto, as decepções e a nova conjuntura mundial que marcou o final dos anos 1970 levaram os cubanos a uma posição menos militante e mais próxima da URSS. Observadores apressados afirmaram que Cuba havia perdido seu entusiasmo pela Revolução, portanto, perdido seu comprometimento heterodoxo com a mesma. No entanto, o que acontecia era o estabelecimento de uma postura consistente e pragmática, diante das transformações mundiais. Antes, Cuba, cercada, não tinha nada a perder.

Agora, em um novo contexto, e depois das muitas conquistas da Revolução, era necessário se autopreservar para sobreviver. Todavia, esses aspectos não significaram o esvaziamento da política africana, tampouco da visão terceiro-mundista, por exemplo. Justamente nesse contexto, a África se tornou um local fecundo para demonstrar o comprometimento com a Revolução.

Crise e redimensionamento da cooperação Cuba-África

Os valores defendidos por Cuba – defesa do princípio de igualdade soberana entre as nações; extensão da solidariedade múltipla aos demais países subdesenvolvidos; e o apoio aos movimentos de libertação nacional em todo o mundo –, esboçaram os traços dominantes da política africana de Cuba. Todavia, se o internacionalismo revolucionário é um resultado das revoluções, isso também vale para seu oposto – o internacionalismo contrarrevolucionário.

Cabe lembrar que na passagem da década de 1980 para a de 1990, com os países socialistas na defensiva, Washington desenvolveu a estratégia dos Conflitos de Baixa Intensidade, desencadeando uma vigorosa contrarrevolução no Terceiro Mundo. O fim da bipolaridade fez com que o continente africano perdesse sua importância estratégica e sua capacidade de barganha. Nesse contexto, os Estados africanos sofreram duramente com os efeitos da crise e da reestruturação da economia capitalista mundial, iniciada nos anos 1970. Diante da fragilidade e da vulnerabilidade dos países africanos e de sua incapacidade em reagir de forma articulada, foi inevitável recorrer aos organismos financeiros mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A África entrava na chamada “década perdida”, regredindo economicamente, fato que produziu uma profunda crise social. Evidentemente, o fim da bipolaridade também atingiu o Estado cubano em seu conteúdo essencial – a força revolucionária garantida, em certa medida, pela presença cubana no Terceiro Mundo. Entretanto, a presença cubana na África desde os anos 1960 e a manutenção do esquema de cooperação no pós-Guerra Fria revelou as condições de *adaptabilidade* à realidade local, expressa pelas modestas condições em que vivem os técnicos e especialistas cubanos e o alto nível de *integração* e *aceitação* que alcançaram (López 2002).

Outro aspecto importante de considerar é o respeito cubano às Organizações atuam pela solidariedade internacional. Quando a Organização da Unidade Africana foi fundada e se dissolveram os grupos precedentes, a política cubana sempre levou em conta as posições dessa Organização e estendeu seu apoio a unidade do continente nos marcos do Terceiro Mundo, das lutas descolonizatórias, anti-imperialistas e anti-*apartheid*. O discurso

oficial cubano destacava como principal virtude da OUA a ausência das potências neocoloniais. Outra razão para o respeito cubano pela Organização se relacionava a sua defesa da soberania, da não ingerência exterior em assuntos internos das nações, bem como os princípios gerais do Direito Internacional. Importante ressaltar que quando Cuba enviou tropas à África, o papel dos contingentes se limitou estritamente a defender o país. Havia a clara orientação de não envolvimento em lutas internas, nem em missões de contrainsurgência. Ao cessar a agressão externa ou a ameaça, as tropas cubanas abandonaram pontualmente o território. Assim, por exemplo, os cubanos desempenharam um papel central ao negociarem a independência da Namíbia e, conseqüentemente, o fim do *apartheid* na África do Sul. A clara contrapartida se revelou no apoio diplomático dos Estados africanos a Cuba, que votaram contra o embargo e contra a acusação (condenação) de violação dos direitos humanos na ONU.

O pós-Guerra Fria abriu um novo momento de dificuldades para Cuba e para os países africanos, mas, ao mesmo tempo, criou novas condições para sua inserção internacional. Em termos comparativos, se o ano de 2001 produziu uma espécie de colapso internacional em função da chamada Guerra ao Terror patrocinada pelos EUA, na África, a constituição da União Africana (UA) e, no ano seguinte, da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), projetou o continente positivamente. Se considerarmos as transformações no sistema internacional, perceberemos que alguns Estados africanos se consolidaram como potências médias e, entre esses Estados, alguns adquiriram o *status* de potências regionais. Ao mesmo tempo, na medida em que as guerras na África foram finalizando, a cooperação cubana se expandiu para outros países beneficiários. Em 2000, na Conferência Sul do Grupo dos 77, em Havana, vários países africanos de relativo poder econômico se comprometeram a contribuir com um fundo que possibilitaria a 3 mil médicos cubanos prestar serviços na África. Assim, até o ano 2000, dos 138.805 técnicos civis cubanos que haviam trabalhado no exterior, 76.771 (55%) atuaram na África. Em agosto de 2008 havia 1.886 cooperantes cubanos em 30 países africanos (López 2002).

Nessa perspectiva, assumir uma postura mais ampla e coletiva se converteu em um importante objetivo para o conjunto regional africano, bem como para os cubanos. Os líderes africanos foram obrigados a se esforçarem nesse sentido. Eles entenderam muito bem as conseqüências de relações desiguais de poder para não trabalharem por um movimento de igual para igual. Essa perspectiva explica, em parte, porque, mesmo em tempos de neoliberalismo galopante, foi importante manter o funcionamento da cooperação com Cuba. Apesar dos prognósticos de colapso da cooperação cubano-africana em função da séria crise econômica

dos anos 1990, houve a manutenção das relações, mesmo em um cenário pouco favorável. Entre 1990 e 1999, a cooperação cubano-africana sofreu um redimensionamento e uma readaptação de acordo com as novas circunstâncias. Entretanto, o impacto da formação de gerações de técnicos, especialistas e até mesmo políticos nos cenários africanos atuais garante uma nova fase para as relações cubano-africanas.

Gradativamente, os processos de democratização, paralelos às tentativas de resolução dos conflitos e guerras civis têm significado um avanço importante para a construção de um novo cenário político e econômico que possa se traduzir em oportunidades de desenvolvimento. Nesse contexto, os cubanos são importantes atores, embora sua presença no continente tenha sido relegada a segundo plano por boa parte da literatura especializada. Contudo, resta compreender como um pequeno país, sem recursos materiais e com a tarefa de construir as novas bases do Estado foi capaz de desempenhar um papel permanente e decisivo nas relações internacionais contemporâneas. Hoje, Cuba mantém relações diplomáticas com 51 dos 54 países africanos, hospeda missões diplomáticas de 23 países africanos, conta com embaixadas em 30 países, sem falar da cooperação educacional (Ilha da Juventude). Entre 1961 e 2007 se graduaram em Cuba 30.719 alunos provenientes de 42 países da África Subsaariana (17.906 em nível médio; 12.813 em nível superior; 5.850 recebem treinamento de especialistas cubanos), além do programa de alfabetização cubano que é aplicado em 5 países da África Subsaariana e já atingiu 73.000 pessoas; mais de 7.000 estão cursando.

Na área da saúde, entre 1960 e 2000, 138.805 técnicos civis cubanos haviam trabalhado no exterior, sendo 76.771 (55%) na África; 2.809 especialistas cubanos trabalharam em 84 países, sendo 1.157 na África até 1998. O Programa Integral de Saúde deu cobertura de saúde a mais de 48 milhões de pessoas na África Subsaariana (quase 20% da população). 5.463 cooperantes cubanos alcançaram 42 milhões de consultas, 6 milhões de trabalhos domiciliares, 600.000 partos, 1,7 milhões de atividades cirúrgicas, 5 milhões de vacinas. A Operação Milagre recuperou a visão, em um centro oftalmológico no Mali, de 6.247 pacientes do país e 1.065 angolanos. O Grupo Empresarial Laboratório Farmacêutico (Labiofam), transfere tecnologias para o desenvolvimento das nações do continente (o Grupo trabalha também pela eliminação da malária). Ainda há possibilidades de cooperação em setores como a biotecnologia, o de comércio e o de investimentos.

Contudo, é necessário estabelecer os elementos essenciais da formação do Estado revolucionário, dos condicionantes da política externa desses Estados, mas, fundamentalmente, do conflito social como uma

questão internacional. Segundo Halliday, “existe uma suposição de que os objetivos dos Estados revolucionários são semelhantes aos dos outros Estados (...)”. No entanto, segundo o autor, “todos os Estados revolucionários, quase sem nenhuma exceção, buscaram promover a revolução em outros Estados. O desafio que eles colocaram para o sistema internacional não reside em uma nova forma de diplomacia ou de relacionamento interestatal, mas no conteúdo de sua política externa que tem como prioridade, percebida quase como um direito ou uma obrigação, a transformação das relações sociais e políticas dos outros Estados” (1999). Sobre essa realidade histórica se assentam as relações cubano-africanas.

REFERÊNCIAS

- Azicri, Max. 1988. *Cuba. Politics, Economics and Society*. London/New York: Pinter Publishers.
- Chazan, Naomi; Mortimer, Robert; Ravenhill, John; Rotchild, Donald. 1992. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Falk, Pamela S. 1986. *Cuban Foreign Policy: Caribbean Tempest*. EUA: Lexington Books.
- Gleijeses, Piero. 2003. *Conflicting Missions: Havana, Washington, Pretoria*. South Africa: Galago Books.
- Halliday, Fred. 1999. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/FAPA.
- Kapcia, Antoni. 2008. *Cuba in Revolution. A history since the fifties*. London: Reaktion Books.
- Grande, William M. 1980. *Cuba's Policy in Africa, 1959-1980*. California: Institute of International Studies University of California.
- _____. 1982. “Foreign Policy, The Limits of Success”. In: Dominguez, Jorge J. *Cuba: Internal and International Affairs*. Beverly Hills/ London/ New Delhi: Sage Publications.
- López, David Gonzáles. 2002. “Relaciones Cuba-África: Marco para um Bojeo Bibliográfico”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3.
- Mesa-lago, Carmelo. 1974. *Cuba in the 1970s. Pragmatism and Institutionalization*. Mexico: University of new Mexico Press.
- Ratcliff, William E. 1976. “Castroism and Communism in Latin America, 1959-1976”. *The Varieties of Marxist – Leninist experience*. Washing-

ton: AEI- Hoover policy studies.

Visentini, Paulo. 2010. *A África na Política Internacional. O sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba: Juruá.

Volsky, George. 1981. "Cuba". In: Henriksen, Thomas H. *Communist Powers and Sub-Saharan Africa*. California: Hoover Institution Press.

RESUMO

As relações cubano-africanas são marcadas por traços de excepcionalidade. A Revolução Cubana coincide, temporalmente, com o aprofundamento do processo descolonizatório na África. Desde os primeiros anos da Revolução, Cuba definiu sua linha de atuação no continente africano, marcada pela cooperação militar e civil. A política africana de Cuba, foi, assim, definida pela autopreservação e zelo revolucionário.

PALAVRAS-CHAVE

Política externa de Cuba; África; Cooperação Sul-Sul.

Recebido em 28 de setembro de 2016.

Aprovado em 21 de outubro de 2016.